



PROJETO BÁSICO
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.09.20.0026

1. OBJETO

1.1 DO OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de construção civil para execução de pavimentação pelo método bripar na rua Maria da Conceição C. de Araújo e na travessa Eduardo Corcino, no bairros Lagoa do Ferreiro e Dom Elizeu, nesta cidade.

1.1.1 Na execução do contrato a empresa deverá prestar:

- a) Gerenciamento geral da obra, cuidando e fiscalização a execução dos serviços a serem contratados;
- b) Desenvolver atividades que estejam ligadas ao assessoramento dos projetos e serviços de pavimentação asfáltica, incluindo reuniões, visitas, ou qualquer outro meio de contato que a Secretaria solicite para possíveis esclarecimentos;
- c) Responder e atender a secretaria quando houver eventuais dúvidas, bem como dar suporte em relação a obras;
- d) Prestar apoio administrativo, coordenar e se responsabilizar pelos os serviços relacionados à pavimentação;

1.1.2 Da fiscalização:

Os serviços e levantamentos elaborados pela empresa contratada serão fiscalizados para fins de medição por responsável técnico indicado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, sendo essa a servidora Fabiana Maria Soares Regalado, engenheira civil lotada nesta pasta.

2. JUSTIFICATIVA: A necessidade da contratação do serviço é compreendida pela melhoria da infraestrutura, qualidade de vida, segurança e bem-estar dos munícipes. Considerando que a obra que se pretende realizar, beneficiará vias que necessitam urgentemente do serviço de pavimentação.

3. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

- 3.1** Pra que a empresa licitante consiga se habilitar no certame é necessário preencher os seguintes requisitos:
- 3.2** Possuir acervo técnico operacional de sua empresa em pelo menos 30% dos itens 2.2.1, 3.2.1 e 3.3.2 da planilha que são os principal.
- 3.3** Retirar certidão de adimplência na Secretara de Obras 3 (três) dias úteis antes da realização do certame

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 Requisitos gerais da contratação:

- a) Responder perante o município sobre levantamentos, dúvidas e consultorias que estejam relacionados à pasta;
- b) Acompanhar, avaliar e apresentar informações técnicas relevantes quando requeridos;
- c) Prestar apoio administrativo a Secretaria quando solicitados;
- d) Prestar consultoria técnica na elaboração de projetos/levantamentos, no que diz respeito às metodologias e execução dos serviços prestados;
- e) Diligenciar em qualquer ponto que diga respeito à prestação de serviço a que se pretende contratar quando solicitado pela pasta;



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

a. Do quadro técnico:

a) Prova de regularidade do registro e/ou inscrição da empresa e dos responsáveis técnico na área de engenharia no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), dentro do seu prazo de vigência. Para fins de contratação, a licitante vencedora deverá providenciar o visto no Conselho do Estado do Rio Grande do Norte, conforme os dispositivos constantes das Resoluções CONFEA nº 266/1979 e 413/1997, se necessário.

b) A empresa vencedora do certame, para que tenha o contrato efetivado com o município deverá manter os mesmos requisitos solicitados para habilitação, sendo que nesta fase com a devida comprovação para efetivação do contrato;

c) A prova de condição de profissional técnico integrante do quadro permanente entre os funcionários da empresa vencedora do certame deverá ser feito da seguinte forma:

Em caso de sócio: por meio do contrato social e seu último termo aditivo;

Em caso de empregado permanente: por meio de cópia das anotações da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com firma reconhecida ou de qualquer documento oficial que comprove o vínculo empregatício

Em caso de responsável técnico: pela certidão de registro da pessoa jurídica no CREA, como também por meio do contrato de prestação de serviço, que corresponda à sua especialidade técnica, firmado entre a empresa e o profissional, com reconhecimento das assinaturas por meio oficial em cartório, conforme Acórdão nº 597/2077 Plenário do Tribunal de Contas da União;

d) Os profissionais listados no subitem anterior, que forem indicados pela empresa ganhadora do certame e precisarem ser substituídos, devem ser supridos por profissional que possua capacidade técnica igual ou superior, após crivo da Administração;

e) A empresa vencedora do certame poderá realizar visita técnica para comprovação de que tomou conhecimento sobre todas as obrigações ligadas ao certame. Caso a visita seja realizada, apresentar documento de declaração confirmado a situação, em caso de não realização da visita, também apresentar certidão, sendo essa de declaração de não haver realizado visita, qualquer um desses documentos, deverá vir assinado pelo responsável técnico, com identificação completa;

f) Levando em consideração que a realização ou não da vistoria técnica é facultada ao vencedor da licitação, essa não poderá alegar o desconhecimento das condições estabelecidas pelo Edital ou pelo contrato. Tendo em vista que serão apresentados todos os tópicos ao interessado.

g) A vistoria deverá ser realizada pelos profissionais que são responsáveis pela empresa.

h) A vistoria é meio suficiente para que o vencedor do certame tome conhecimento de todos os aspectos pertinentes aos serviços que serão executados e geridos por meio do contrato.

b. Da coordenação e fiscalização:

a) Será de responsabilidade da contratada a elaboração dos serviços de pavimentação, mas haverá fiscalização para fins de medição por profissional técnico responsável integrante da Secretaria Municipal de Obras Públicas;

b) Quando necessário também haverá acompanhamento direto do fiscal do contrato durante a execução do serviço;

c. Do Gerenciamento dos projetos e levantamentos topográficos:

a) O gerenciamento da obra implica na solução para o controle de atividades buscando as melhores soluções para o controle das atividades, para chegarmos ao melhor planejamento da execução deste;



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

b) Do item objeto desta contratação está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

c) A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e as especificações técnicas requisitadas de desempenho.

d) O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogada na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021, tendo em vista sua natureza contínua.

d. Dos itens principais como acervo para efetivação do contrato:

a) A empresa vencedora do certame deve possuir acervo técnico operacional de pelo menos 30% dos itens 2.2.1, 3.2.1 e 3.3.2 que estão descritos na planilha orçamentária. Quais sendo, pavimentação em paralelepípedo e calçada.

e. – Da subcontratação: é permitida a subcontratação, exceto o item de maior valor da planilha orçamentária.

4.2 DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.2.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

a) O prazo de execução dos serviços é de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da respectiva ordem de serviço.

b) Os serviços devem ser executados na sede da contratada.

c) Os serviços serão recebidos provisoriamente por ocasião de sua efetiva entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e também com base na proposta ganhadora da licitação.

d) Os serviços podem não serem aceitos pela Secretaria, quando não estiverem de acordo com as especificações constantes neste documento e também na proposta, devendo ser refeito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, sendo essas modificações e correções, quando não causadas, ou solicitada pelo município, sejam custeadas pela contratada, sem prejuízo de demais penalidades.

e) Os serviços poderão ser recebidos de maneira definitiva no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade, e ainda da aceitação do fiscal do contrato, por meio de termo circunstanciado.

f) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não poderá excluir a responsabilidade da contratada pelos prejuízos ou danos que forem fruto da execução do contrato de maneira incorreta ou inapropriada.

g) A capacidade de entrega e disponibilidade da contratada para entregar os serviços contratados por meio deste Termo de Referência é de seu conhecimento e responsabilidade, devendo o vencedor do certame estar ciente disso.

5. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

5.1 O contrato deverá ser executado de forma fiel, por ambas as partes, de acordo com as cláusulas avençadas e normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e as partes integrantes responderá pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo que corresponder, e essas circunstâncias ou motivos devem constar em apostila simples como forma de documentar.

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas de forma escrita, quando o ato exigir tal formalidade.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para resolução de conflitos ou adoção de providências que devam ser cumpridas de forma mais urgente.

5.5 A execução do contrato deverá ser fiscalizada e acompanhada pelo fiscal do contrato.

5.6 O profissional técnico responsável pela fiscalização do contrato fará anotações do gerenciamento por meio de diário, nas situações que forem necessárias.

5.7 Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para reunião inicial ou apresentação do plano e também de fiscalização. Nesse documento deve conter informações acerca das obrigações do contrato, dos mecanismos e formas de fiscalização, estratégias e plano complementar de execução do objeto contratado.

5.8 Se for identificada qualquer irregularidade ou problema na entrega ou prestação de serviço, a ser contratado, será emitida notificação para correções necessárias, determinando prazo para tal.

5.9 É de responsabilidade do profissional técnico e fiscal do contrato, verificar e informar ao setor competente quando não houver mais condições de habilitação vigentes por parte da contratada.

5.10 Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará de maneira eficiente para a cobrança do efetivo cumprimento das cláusulas. Sendo responsável também ele para informar ao gestor do contrato que tome as providências em relação às situações que sejam de sua alçada e aquilo que não for que seja designado ao setor competente.

5.11 É de responsabilidade do gestor do contrato coordenar o processo de atualização para fins de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo os registros formais da execução no histórico do gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro da ocorrência, das alegações de prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

5.12 É de responsabilidade do gestor do contrato acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho e despesa de pagamento.

5.13 O gestor deverá acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, das ocorrências que constarem durante a execução desse, e informar quando necessário, quais foram as medidas adotadas para cada problema enfrentado. Se houver necessidade, além do que diz respeito à Administração o gestor também reportará essas informações as autoridades competentes.

5.14 O gestor do contrato é responsável pela avaliação da possibilidade de renovação do contrato.

6. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento das faturas deve ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Nota Fiscal e comprovado o adimplemento da contratada em relação a suas obrigações contratuais, com dedução das glosas e notas e débitos, após verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), e das certidões necessárias.

6.2 Os pagamentos só serão aprovados após a apresentação da documentação exigida neste Projeto Básico. E quando necessário, depois da correção da Nota Fiscal, no cumprimento dos serviços ou das obrigações do contrato.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

6.3 É condicionado ao pagamento, a informação prévia do credor sobre dados bancários para onde deverá ser encaminhada a quantia reservada.

6.4 As notas devem ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Assú, e nela devem constar as informações que dizem respeito ao número do contrato, número da licitação, lote, itens e produtos se houver.

6.5 Em caso de eventual atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha contribuído para isso, poderá incidir taxa de compensação financeira, que se era contabilizada entre a data da emissão da nota calculada da seguinte forma:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

V = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438. Assim apurado:

$I = (TX) I = 6/100$ $I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

A Administração Municipal fará a retenção na fonte do imposto de renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o Pis/Pasep e da Contribuição para o Financeiro da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre os pagamento efetuados.

6.6 As devidas retenções serão feitas sobre qualquer forma de pagamento, incluindo os antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

6.7 A retenção que se refere item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de pequeno porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

7 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

7.1 Forma de seleção e critérios de julgamento:

a) O fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento de empreitada global, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, conforme o art. 46,II da Lei 14.133/2021.

7.2 – Exigências de habilitação:

a) Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica:

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em caso de Micro Empreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade na página : www.portaldoempreendedor.gov.br;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante, filial ou agência;



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

No caso de sociedade simples: inscrição de ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação de seus administradores;

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor com a ata da assembleia que aprovou, definitivamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro que trata o art. 107 da Lei nº 5.764 de 1971;

a) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento neste País: decreto de autorização;

b) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3 – Da regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ou Cadastro de Pessoa Física, a depender do caso:

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751 de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.454 de 1º de Maio de 1943;

e) Prova de regularidade junto a Fazenda Estadual, através de Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitidas pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

f) Prova de regularidade junto a Fazenda Municipal, através de Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

g) Caso o licitante seja considerado isento do pagamento dos tributos estaduais relacionados ao objeto da licitação, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual de sua sede, ou outra que seja equivalente, na forma da Lei;

h) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como micro empresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda documentação exigida para que comprove essa alegação a fim de comprovar sua regularidade fiscal, mesmo que haja alguma restrição, sob pena de se tornar inabilitada.

j) A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como micro empresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

k) Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, essa será convocada, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar sua regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa plausível.



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

I) A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no tópico anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Projeto Básico e no Edital, sendo facultada a convocação de licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

8.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9 – DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 – O custo estimado da contratação é de R\$ 392.902,35 (trezentos e noventa e dois, novecentos e dois mil reais e trinta e cinco centavos).

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 – São obrigações da contratante:

- a) Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- b) verificar as condições de entrega do serviço para aceitação definitiva ou provisória da entrega;
- c) comunicar a contratada por escrito, sobre eventuais correções, imperfeições ou problemas que forem identificados ao longo do contrato para que o problema seja reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de comissão ou servidor responsável;
- e) efetuar o fiel pagamento a Contratada dentro do valor que corresponde ao fornecimento do objeto, dentro do prazo estabelecido pelo edital e seus anexos;
- f) não de responsabilidade da Administração responder por qualquer compromisso que a contratada assumir ou determinar-se com terceiros que não estejam abrangidos pelo contrato, sendo principalmente seus prepostos, funcionários, contratados ou subordinados;

11- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1 – Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com adoção de todas as medidas que forem necessárias para efetiva entrega do serviço contratado;

11.2 – Corrigir, reparar, substituir ou realizar qual meio for necessário, com as devidas obrigações financeiras de sua parte, quando forem identificados vícios, defeitos ou falha na entrega do serviço contratado estabelecidos na proposta, edital e dentro das condições impostas por este Projeto Básico;

11.3 – É de inteira responsabilidade da contratada os vícios e danos que decorrerem da execução do objeto que trata este documento, conforme consta dos artigos de 14 a 17 e 27 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor (CDC);

11.4 – A contratante fica autorizada a descontar do valor da garantia prestada pela contratada os valores resultantes de má execução, inexecução, ou danos sofridos pela contratante;

11.5 – ter em seu quadro de funcionários profissionais habilitados e com conhecimento técnico específico para os serviços que serão executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

11.6 – quando não for possível a verificação de regularidade no sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o último dia do mês subsequente ao da prestação de serviço, os documentos a seguir: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa ao Tributos federais e à Dívida Ativa da União, 3) Certidões de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de regularidade do FGTS e 5) Certidão negativa de débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea ‘c’ do item 10.2 do anexo B da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.7 – Se responsabilizar pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislações específicas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.8 – Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer intercorrência ou acidente que se verifique nos locais de serviço;

11.9 – Assegurar aos seus trabalhadores um ambiente de trabalho digno e com condições de efetivo trabalho, incluindo o que diz respeito a instalações, equipamentos e material que possa oferecer ao empregado perfeitas condições de trabalho, tudo isso de acordo com o descreve as normas de saúde, segurança e bem-estar.

11.10 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, ou por seus funcionários ou representantes, garantindo-lhes a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços prestados.

11.11 – Paralisar, quando solicitado pela Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as técnicas adequadas ou definidas por este Termo de Referência e também pelo contrato, ou ainda que não esteja mantendo a segurança e/ou a integridade física de pessoas ou bens.

11.12 – Promover a guarda, manutenção, e vigilância de materiais, ferramentas e equipamentos e tudo aquilo que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.13 – Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los de maneira eficaz e eficiente, de acordo com os documentos e especificações determinadas neste Projeto Básico, dentro do prazo determinado pelo contrato.

11.14 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15 – Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Projeto Básico.

11.16 – Vedar a participação de qualquer pessoa menor de 16 (dezesseis) anos, com exceção da condição de menor aprendiz, desde que seja maior de 14 (quatorze);

11.17 – Também é vedado a permissão para que menores de 18 (dezoito) anos prestem serviço em condições de trabalho noturna, perigosa ou insalubre.

11.18 – Manter durante toda vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.19 – Cumprir, durante todo o período da execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

contratada houver se beneficiado de preferência estabelecida pela Lei nº 13.146 de 2015.

11.20 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.21 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrente de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 103 da Lei 14.133/2021.

11.22 – Cumprir além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.23 – Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, norma e legislação;

11.24 – Assegurar à Contratante, em conformidade, como previsto do subitem 6.1, “a” e “b”, do anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017.

11.24.1 – O direito da propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utiliza-los sem limitações;

11.24.2 – Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzidas e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros contratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções cíveis e penas cabíveis.

11.25 – Comprovar ao longo da vigência contratual, regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II da Lei Complementar nº 123 de 2006.

11.26 – Realizar a transação contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

11.27 – Manter os empregados nos horários pre determinados pela Contratante;

11.28 – Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

11.29 – Apresentar à contratante, quando for o caso, relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para execução do serviço;

11.30 – Apresentar a contratante quando for o caso, relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para execução do serviço;

11.31 – Observar os preceitos da legislação sobre jornada de trabalho, conforme categoria profissional;

11.32 – Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

11.33 – Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

11.34 – Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.35 – Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representa-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.36 – Instruir seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas que forem abrangidas pelo contrato;

11.37 – Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

11.38 – Providenciar junto ao CREA e/ou CAU, as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades, nos termos e notas pertinentes com as Lei nº 6.496/77 e Lei nº 12.378/2010;

11.39 – Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.40 Refazer às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o que fora estabelecido no contrato, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos.

11.41 – Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nomes de outras pessoas, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

11.42 – Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob custas, os testes, os ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto básico e demais documentos;

11.43 – Fornecer os projetos desenvolvidos, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

11.44 – Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12. DO REAJUSTE:



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DO ASSÚ
Secretaria Municipal de Obras Públicas
ASSÚ – TERRA DA POESIA

12.1 Os preços são fixos e irrevogáveis dentro do prazo de um ano, a contar da data limite da apresentação das propostas.

12.2 – Dentro do prazo de vigência do contrato, após o período estabelecido no subtópico anterior, e/ou mediante solicitação da contratada, o contrato poderá ser reajustado, aplicando o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anuidade.

12.3 – Após o primeiro reajuste, no interregno mínimo de um ano, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 – Se não houver divulgação ou em caso de atraso do índice de reajuste, a Administração pagará a contratada o valor calculado pela última variação aplicada, liquidando a diferença correspondente assim que divulgado o índice definitivo. Assim, a contratada fica obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajuste de preço do valor remanescente, sempre que essa situação acontecer.

12.5 – Nas medições finais, o índice usado para o reajuste, será obrigatoriamente, o definitivo.

12.6 – Em caso de extinção, ou impossibilidade do índice de reajuste, este será substituído pelo o que está de acordo com a legislação vigente.

12.7 Se não houver previsão legal para o índice que será substituído, as partes substituirão por um novo índice oficial, para utilizar em caso de reajuste do valor remanescente e esse procedimento deve acontecer por meio de termo aditivo contratual, a ser elaborado pela Administração.

12.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As sanções administrativas as quais o contratante/licitante está sujeito a sofrer estão previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais conforme dispõe o Código Penal.

14 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 A dotação orçamentária da contratação prévia está informada;

Projeto básico elaborado conforme descrição das planilhas orçamentárias, documento de formalização de demanda (DFD) e estudo técnico preliminar (ETP).

Assú/RN, 20 de Setembro de 2024.

Nayara Jhébessica Marques da Fonseca
Secretária Municipal de Obras Públicas

Clarisse Cristina Aquino Tavares
Diretora de Departamento Jurídico